

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER AO PROJETO DE LEI Nº 59/2023

Inclui os §§ 1º, 2º e 3º no art. 13 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execuções Penais, para estabelecer os produtos de higiene como itens obrigatórios nos estabelecimentos prisionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar acrescida dos seguintes parágrafos:

“Art. 13.

§ 1º A seção para gestante, parturiente e a creche, que abrigam crianças no interior das penitenciárias femininas, deverão ser dotadas de berços e camas infantis apropriadas.

§ 2º É obrigação do estabelecimento prisional dispor de produtos de higiene pessoal.

§ 3º Não poderão sofrer controle de fornecimento, devendo ser disponibilizados em quantidades suficientes para a demanda pessoal de cada preso os seguintes itens:

I – papel higiênico;

II – absorvente higiênico feminino, conforme o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, instituído pela Lei nº 14.214/2021;



III – fralda infantil descartável para as mulheres, no período do puerpério, que estiverem acompanhadas dos filhos na penitenciária (NR)”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de agosto de 2023.

Deputada **LÊDA BORGES**
Presidente

